

Documento: "Apelo ao bom senso e à responsabilidade".

"O Brasil atravessa, no momento, uma fase em que as esperanças de derrotar a inflação, viabilizar uma economia sadia e implantar um desenvolvimento social justo têm de ser consolidadas. Mais do que nunca, o processo desencadeado pelo Plano Cruzado merece a atenção e a vigilância de todos os cidadãos. Isto exige um esforço conjunto, em cuja base está uma visão clara dos acontecimentos, dos seus agentes e, sobretudo, uma confiança solidária de cada um em todos, e de todos em cada um. Sem esta confiança, em que há um desejo e uma determinação firme da cidadania consciente de realizar um projeto de consolidação, as esperanças se frustram e os planos se inviabilizam.

Confiança é, porém, não apenas um sentimento, mas uma disposição que se mede pelo modo como cada um age. Das autoridades pede-se, então, o descortínio e a decisão rápida. Dos empresários pede-se o investimento, o cumprimento de metas produtivas, a decisiva atenção para as necessidades do consumo. Dos trabalhadores, a cooperação do seu trabalho, o espírito atento à viabilidade econômica dos empreendimentos e exigências pautadas dentro desse quadro. Do consumidor, a vigilância e a compreensão das dificuldades. Mas de todos, sem exceção, comportamentos com base na lei enquanto princípio comum de certeza e de segurança.

Lamentavelmente, não é o que está ocorrendo da parte de alguns dos agentes. A eclosão de greves ilegais nos mais diversos setores, tomando por fundamento reivindicações que vão além das possibilidades de atendimento por parte das empresas, que fazem letra morta de acordos e convenções firmadas ainda há pouco tempo — e que acabam por penalizar o consumidor, ao agravar uma escassez gerada pela demanda —, constitui um comportamento não solidário e condenável, que desmerece a confiança naqueles que as estimulam.

Se a greve é um fato e um direito do trabalhador, o fato deve ser coerente com a situação da sociedade em que se insere, para que o direito possa ser reivindicado com justiça. É preciso que se tenha em mente que o crescimento do consumo para empresas cujo investimento tem de ser realizado num quadro geral de congelamento de preços e de proibição de repasses de aumentos salariais, representa uma situação delicada e anormal, que tem de ser tratada com racionalidade e patriotismo. Parar uma fábrica, interromper a produção é ato cujas consequências para o consumidor não podem ser esquecidas.

Mas, sobretudo, imputar às empresas o desejo de boicotar um plano de cuja viabilidade elas próprias dependem, é querer acreditar que elas estão tranqüilamente serrando o galho no qual estão sentadas. Por isso, é necessário que fique claro que o espírito de colaboração do empresariado não pode neste momento, ser posto em dúvida. Fiscais do Sarney somos todos, solidariamente. E daí decorre um dever de esclarecer e de mostrar quem e o que pode ser um foco de desagregação.

Neste sentido, e em face de tudo isso, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e os 111 sindicatos que a integram vêm a público, por decisão unânime de seus presidentes, reunidos no dia de hoje, manifestar: 1) seu repúdio aos insufladores de greves, ao descumprimento de acordos e convenções trabalhistas, à atitude impensada dos que se aproveitam da hora difícil para conquistar vantagens em detrimento do bem maior de todos; 2) sua firme convicção de que cabe às autoridades fazer cumprir a lei quando o direito ao trabalho e à incolumidade da propriedade é desrespeitado ao arrepio da lei; 3) sua certeza de que os cidadãos, os fiscais do Sarney, hão de continuar vigilantes, não só no controle dos preços, mas também na denúncia dos atos impatrióticos, como o de insuflar greves com objetivos políticos;

4) sua confiança no bom senso e no discernimento dos que, no comando da política econômica, têm o dever de fazer cumprir a lei e de gerir o bem público.”

(Página 7)